

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ECONOMIA DO GENTIO BRASILEIRO NA OBRA DE JEAN DE LÉRY*

Antonio PICCAROLO

A importância dos estudos relativos às condições econômicas dos povos primitivos vai aumentando de dia em dia, não somente pelo valor que apresentam em si, mas porque constituem elementos preciosos para a interpretação de numerosos fatos da história antiga, considerados até hoje inexplicáveis. Somente com o estudo das condições econômicas entre os povos primitivos depois das descobertas geográficas e a comparação dessas condições com as da antiguidade, foi que muitos

(*) Pela segunda vez, desde que criamos esta seção, apelamos para a valiosa colaboração de Antonio Piccarolo em "O Estado de S. Paulo". A primeira, foi com o se texto "Feudalismo e Direito Feudal", em o nº 159, do último trimestre de 1995. O que utilizamos, agora, revela, tal como o anterior, o profundo conhecimento que o autor sempre demonstrou pela nossa história, especialmente pelos temas do período colonial. Antonio Piccarolo (1863-1947) foi uma das figuras de maior participação na vida cultural de São Paulo nos quarenta e tantos anos que viveu na capital paulista. Ligou seu nome a diversas instituições tais como a antiga Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (onde tivemos o privilégio de conhecê-lo, início de uma longa amizade que perdurou até o seu falecimento), a Escola de Sociologia e Política e a própria Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde frequentemente teve sua colaboração solicitada para conferências ou cursos de extensão universitária. Um de seus livros, "Augusto e seu tempo", foi publicado pela própria entidade, como comemoração especial do bimilenário do criador do Império Romano (1938). Deixou numerosos outros livros e colaborou assiduamente em "O Estado de S. Paulo". O texto que desta vez transcrevemos foi publicado na edição de 3 de setembro de 1941. ONM.

fenômenos e fatos históricos, sobretudo econômicos, acharam sua explicação. Daí aquele método chamado de colonial e que tanta luz irradiou sobre a origem e evolução da vida econômica entre todos os povos e em todos os tempos. “Depois das descobertas geográficas - dizia eu no discurso de recepção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicado no volume XXXVI da Revista desse Instituto - quando nos países novos, sobretudo na América, se encontraram povos que viviam nas condições lembradas pelas antigas tradições, estas receberam feixes tais de raios luminosos, que deixaram de ser consideradas fábulas, para se tornarem símbolos de verdadeiros períodos históricos, cujas causas e explicações se encontravam nas condições econômicas do seu tempo. Desse modo foi inaugurado o método chamado colonial, porque ia buscar nas colônias os elementos vivos para a interpretação do passado”.

Agora, poucos são os livros em que se encontrem esses elementos tão numerosos, como no de Léry. Dotado de um espírito profundamente observador e indagador, nos longos meses que ele passou na intimidade dos nossos aborígenes pôde acumular um tesouro imenso de observações e de notícias que inutilmente se procurariam em outra parte. daquelas que dizem respeito à organização econômica desses povos tratarei hoje, começando pela propriedade, base de toda a vida econômica.

Aqueles que não são afeitos a esta espécie de estudos acharão bastante estranho que se fale de propriedade entre um povo primitivo, como era o índio brasileiro, como acontece quando se fala em civilização do mesmo povo; não pensando que propriedade, civilização, moral, religião, etc., são fatos históricos e portanto relativos às condições de desenvolvimento de cada povo. Sem dúvida, trata-se de uma forma de propriedade primitiva, rudimentar. Mas isso não exclui que se chame e seja realmente propriedade e que a propriedade dos nossos dias não seja senão uma forma evoluida e superior daquela forma primitiva. Assim, quando Léry diz que “no que diz respeito à propriedade das terras e campos cada chefe de família escolhe em verdade algumas geiras onde lhe apraz, a fim de fazer suas roças e plantar mandioca e outras raízes”, não é possível negar que nessa escolha se encontra um início de apropriação da terra; porque sobre a porção de terra escolhida somente o chefe com a sua família pode semear, plantar e, portanto, colher o que é fruto de seu trabalho.

Nesse fato acham-se os germes da doutrina do primeiro ocupante, que certos economistas e juristas pretendem ainda colocar entre os meios de aquisição da propriedade; como da doutrina que faz derivar a propriedade do trabalho. O sinal, de fato, que a porção de terra escolhida pertence àquela determinada família e que esta família somente pode tirar dela os frutos produzidos, consiste no trabalho que ela aplica ao terreno.

Não muito diferente, aliás, eram as condições da propriedade entre os germanos, aos tempos de César e de Tácito. Escreve o primeiro no livro VI do “De bello gallico”: “Ninguém tem uma porção própria e bem definida de terra, mas cada ano os chefes distribuem a porção que julgam necessária e no lugar que acham mais conveniente a cada família”. Tácito, por sua vez, século e meio mais tarde, acha entre os mesmos povos as mesmas condições, mais ou menos: “coisa fácil devido à grande extensão dos campos”... “a divisão é facilitada pela grande extensão das terras”.

Como César, Tácito também diz que os germanos mudavam cada ano de lugar, abandonando a terra cansada, a fim de ir para terras novas. O mesmo hábito encontrou Léry entre os índios da Brasil. “Os brasileiros não se demoram em geral mais de cinco ou seis meses no mesmo lugar. Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palhas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes, o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua de distância do lugar em que habitavam”. Observação feita também por Hans Staden, que escreve: “Tudo consumido, transportam sua habitação para outro lugar, sob a chefia de um cacique que tem, em geral, a seu mando, de trinta a quarenta famílias”. A única diferença está em que os germanos em vez de mudar cada cinco ou seis meses, mudavam cada ano.

Se o conceito de propriedade fundiária entre os índios era ainda muito vago e indeterminado, tendo mais do comum que do individual, o mesmo não se pode dizer da propriedade móvel, dos objetos que servem para a vida comum de todos os dias. Cada família, às vezes cada indivíduo, tem os seus trastes e objetos pessoais, os seus enfeites, os seus animais. No capítulo XVII Léry descreve o modo de fabricação desses objetos, de fiar o algodão e tecer as redes que lhes servem de cama; como as mulheres, a quem cabe todo o trabalho doméstico, fabricam potes e vasilhas de barro para conservar o “cauim; como “fazem panelas redondas e ovais, frigideiras

e pratos de diversos tamanhos e ainda certa espécie de vaso de barro que não é muito liso por fora, mas tão completamente polido por dentro e tão bem vidrado, que não fazem melhor os nossos oleiros”.

De como sejam ciumentos e defendam essa propriedade diz um episódio contado por Léry e do qual ele próprio foi paciente. Um dia, chegando esfomeado a uma aldeia matou o primeiro pato que se lhe deparou à vista, com intenção de pagá-lo, como fizera outras vezes. Mas deixemos que ele conte: “Apanhei o pato morto e fui ter a uma casa onde se achavam reunidos quase todos os selvagens do lugar. Indaguei então do dono do pato e apareceu um velho de má catadura, que me disse:

- É meu.

- Quanto queres por ele?

- Uma faca.

Apresentei-lhe uma faca, mas ao vê-la o velho disse:

- Quero outra mais bonita.

Apresentei-lhe outra, mas ele declarou que não a queria tão pouco.

- Que queres pois que te dê?

- Uma foice.

Além de ser um preço excessivo, acontecia não ter eu uma foice, por isso disse-lhe que se contentasse com a segunda faca, pois outra coisa não lhe daria. Mas o intérprete que melhor o conhecia, disse-me que o indígena estava muito irritado e que convinha arranjar uma foice de qualquer maneira. Pedi então uma foice emprestada e a ofereci ao selvagem; mas este, com grande surpresa minha, a recusou também.

- Que queres então de mim?, perguntei-lhe pela terceira vez com certo enfado.

- Matar-te, replicou furioso, como mataste o meu pato, pois o pato foi de meu irmão falecido e eu o estimava acima de tudo.

E meu estúpido interlocutor foi buscar um tacape e ficou a volteá-lo sobre mim, ameaçando-me matar”.

É verdade que o velho estava bêbedo e que, diante da reação de Léry, foi dormir e curtir a bebedeira. Isto, porém, não diminui o valor nem

modifica o sentido do episódio, porque é na ebriedade que o indivíduo manifesta verdadeiramente o que é. “In vino veritas!”

Faltando por completo entre esses povos a moeda e qualquer outro símbolo ou medida do valor, a única forma de comércio era a troca, que já existia antes das descobertas, mas que aumentou muito pelas relações que se iniciaram com os europeus. Léry fala a meudo dessas trocas, e diz que nas suas visitas às aldeias dos índios levava sempre consigo um saco cheio de bugigangas que trocava com produtos da terra ou objetos de curiosidade, geralmente de valor muito superior. Um pequeno espelho, uma faca ordinária, um anzol eram suficientes para receber em troca o que tinham de melhor. “Como andávamos sempre com um saco de couro cheio de mercadorias que nos serviam de moeda, ao deixarmos a aldeia demos-lhes facas, tesouras e pinças e às mulheres presentamos com pentes, braceletes e missangas e aos meninos com anzóis.” No Colóquio em língua tupi, que se acha ao fim do volume, tão proficientemente restaurado por Plínio Ayrosa, a primeira pergunta que o índio dirige ao advena, é: “Ereru nde karamemó?” (Trouxeste as tuas malas?). E indaga, em seguida, pelo conteúdo delas.

Fazem comércio também com as tribos vizinhas, e bem curioso é o modo que eles seguem para efetuar esse comércio, estando geralmente essas tribos em guerra entre si. Eis como Léry descreve essas trocas: “Quando seus vizinhos os procuram para alguma troca e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que colocam nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto de permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetaçá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, afim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém, a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-la a mercadoria”.

Com certo humorismo o bom do Léry faz considerações e comparações com os comerciantes europeus do seu tempo; considerações e comparações que se poderiam estender a todos os tempos. Não existem atualmente homens de negócio que não faltariam à palavra dada por coisa nenhuma e que se considerariam desonrados por ter deixado uma letra cair no protesto? No entanto não têm escrúpulo em entregar mercadorias avariadas ou falsificadas, ou também de qualidade diferente da contratada e falha no peso; considerando isso antes de tudo como habilidade comercial. Coisas capazes de reabilitar todos os margaiás, caraiás e tupinambás deste continente. Mas deixemos essas considerações pouco favoráveis à nossa pretensa civilização. O mesmo Léry, aliás, confessa que ele e seus companheiros trouxeram mercadorias de pouco valor e quase imprestáveis para vendê-las ao gentio que disso não entendia. “Também para lá levamos certa quantidade de arcabuzes baratos, no intuito de negociá-los com os selvagens; e pude verificar que eles sabem servir-se dessa arma muito bem. Enquanto um segura a arma outro aponta e um terceiro põe fogo. Assim o vi fazer a um grupo de selvagens, e como houvessem carregado e enchido o cano até a boca, se a pólvora que lhe demos não tivesse grande quantidade de carvão moído, por certo a arma lhes teria arreventado nas mãos”.

Como eram providentes e humanos esses apóstolos do Evangelho! Se não tivessem misturado muito carvão moído com a pólvora, quem sabe que fim teriam levado os pobres selvagens. Modernamente um ardente patriota diria: Minha pátria teria perdido a guerra se eu não tivesse fornecido ao exército inimigo botinas com sola de papelão!

Léry, em certo ponto, nega decididamente que a guerra para os selvagens tivesse qualquer motivo econômico, considerando única razão de guerra o ódio encarniçado e tradicional que existe entre tribo e tribo, e o desejo de vingar pais e amigos mortos e comidos. Não é possível negar que o ódio e a vingança ocupassem lugar de destaque nas razões de guerra entre os índios; como, aliás, não se pode negar que a causa primordial da guerra fosse essencialmente econômica. Para eles não corria muita diferença entre a guerra e a caça. O sistema, a tática e as armas eram, mais ou menos, os mesmos. Como idênticos eram os resultados. A presa, o botim pertenciam à tribo e eram consumidos em comum, nos festins que duravam diversos dias, repetidas vezes descritos pelo nosso autor. O próprio Léry, aliás,

contradiz-se a pouca distância; pois, enquanto à pág. 167 da presente edição afirma que esses selvagens “não pretendem tão pouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros”; à pág., 173 confessa que em breve começaram a costumar-se a vender os seus presos, especialmente quando eram bem pagos. Depois da descrição de uma batalha, à qual assistira juntamente com alguns companheiros, acrescenta: “Passados alguns dias vieram visitar-nos alguns tupinambás que tinham prisioneiros em suas choças. Por mais esforços que fizéssemos, porém, nossos intérpretes só conseguiram resgatar parte dos prisioneiros. Que isso não era do agrado dos vencedores, percebi-o pela compra de uma mulher com seu filho de dois anos, que me custaram quase três francos de mercadorias. Disse então o vendedor: Não sei o que vai acontecer no futuro: depois que “pai Colá” chegou aqui já não comemos nem a metade de nossos prisioneiros”. Não os comiam mais porque achavam mais conveniente vendê-los; como em outra parte achavam mais conveniente obrigá-los a trabalhar como escravos.

A presa de guerra era comum, diz Léry, e os índios consumiam-na em comum. Eis um indício daquela propriedade comum que se encontra entre todos os povos primitivos.

Outro indício da mesma natureza encontramos-lo nas habitações. “Em algumas aldeias moram, na mesma casa, de quinhentos a seiscentas pessoas e não raro mais; em verdade cada família, composta de marido, mulher e filhos, ocupa lugar especial, embora em casa, que tem em geral mais de sessenta passos de comprimento, não possuam tabiques de separação, que impeçam verem-se uns aos outros”.

Quanta analogia entre estas casas e as dos povos da América do Norte e da antiguidade! Na minha **Iniciação à Economia Social** lê-se: “Essa gente (os peles-vermelhas) como têm a caça e o alimento, da mesma forma têm a casa em comum. La Pérouse, que esteve muito tempo na Carolina, descreve um tipo de casa consideravelmente comprida, com 310 pés de uma ponta à outra, com 30 de largura e 10 de altura, na qual mora, mais de cem pessoas, que vivem juntas formando uma só família, uma “gens”. Referindo-se aos iroqueses, Morgan fala de “long-houses”, casas compridas que medem 100 pés, 30 de largura, com a altura de 20. Os “diaks” de Bornéu habitam casas com cerca de cem metros de comprimento, construídas sobre estacas, o que relembra certos palácios dos Peonios, no

lago da Prússia, descobertos há pouco mais de meio século e dos quais fala Heródoto. Apresentavam esses palácios quase as mesmas dimensões das casas de Bornéu. Na Argólida foram também descobertos por Schliemann vários edifícios que oferecem os mesmos traços característicos dessas habitações, levando-nos a concluir que devem ter sido habitações de povos existentes na época da propriedade comum, e revelando-nos, ao mesmo tempo, a perfeita analogia entre as habitações dos povos que vivem hoje em certas regiões e as de outros povos que viveram há milhares de anos”.

A Viagem à Terra do Brasil, de Jean de Léry, não é a única obra que ofereça abundante messe de notícias desse gênero. Há muitas outras escritas por estrangeiros e por nacionais, há numerosos documentos nos arquivos brasileiros e portugueses, há inúmeras tradições e documentos vivos da raça que os europeus aqui encontraram ao desembarcar nestas praias. De tudo isso pode-se facilmente imaginar os ricos elementos que o Brasil poderia oferecer à etnologia e à prehistória pelo desenvolvimento desses estudos, que, em outros países, especialmente na América do Norte, deram resultados tão lisonjeiros.

Será esta tarefa da mocidade, pelo esforço da qual, se se puzer neste caminho, poder-se-á dizer do Brasil, o que um grande economista disse da América Setentrional: “Das oficinas de Nova York e dos campos de Dakota expande-se uma luz que, projetada sobre as ruínas da Idade Média, da Antiguidade, da barbárie primitiva, ilumina-se de repente esplendor, anima as suas formas fósseis, interpreta os caracteres misteriosos que trazem em si e desvenda o seu, e com o seu, o nosso segredo”.